ISSN 1518-1227 N[os] 13-14 JULHO-DEZEMBRO – 2003

BOLETIM DE ANÁLISE DO ESTADO DA ARTE EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS

SUMÁRIO

A evolução editorial das Relações Internacionais: as coleções

Cristina Soreanu Pecequilo*

Nos últimos anos – em especial, após o fim da Guerra Fria, a aceleração do MERCOSUL e o aprofundamento da globalização – a expansão dos cursos de Relações Internacionais no Brasil tornou-se um fato comum, nem sempre acompanhado por uma igual ampliação dos meios disponíveis para o estudo desta matéria. Neste cenário, havia uma crescente dificuldade em adquirir uma bibliografia especializada e direcionada para a área em português, principalmente na vertente teórica e clássica. Adicionalmente, dentre as obras que já haviam sido publicadas, existia uma grande escassez, uma vez que diversos títulos encontravam-se esgotados ou eram de difícil aquisição.

Todavia, somando-se aos esforços da UnB – Universidade de Brasília –, cuja editora já disponibilizara muitos destes títulos, o IPRI – Instituto de Pesquisa em Relações Internacionais – e a IMESP – Imprensa Oficial do Estado de São Paulo – vem ocupando também este espaço com a edição da Coleção Clássicos IPRI, consistindo em um fundamental esforço na melhoria do ensino e pesquisa em Relações Internacionais no Brasil.

A Coleção Clássicos IPRI foi organizada no sentido de oferecer o material básico de formação e ensino das Relações Internacionais, reeditando obras já publicadas e apresentando textos inéditos e antes somente acessíveis aos leitores brasileiros por meio de edições estrangeiras. Na primeira categoria, de reedições, podem-se mencionar *Vinte Anos de Crise*, de E.H Carr, *Utopia*, de Thomas Moore, *Paz e Guerra Entre as Nações*, de Raymond Aron, e, na segunda, *Projeto Para uma Paz Perpétua para a Europa*, do Abbé de Saint Pierre e *O Direito da Paz e da Guerra*, de Hugo Grotius. Adicionalmente, a Coleção oferece uma apresentação visual uniforme, destacando-se por um padrão de elevada qualidade, com boas traduções e prefácios de especialistas conhecidos do país, abrindo didaticamente as reflexões de cada autor. Dentre eles, podem-se assinalar nomes como os de Eiiti Sato, Hélio Jaguaribe, Ronaldo Sardenberg, Carlos Henrique Cardim, Celso Lafer, Gelson Fonseca Jr e Marcelo de Paiva Abreu – os últimos quatro compõem o Comitê Editorial da Coleção.

Como já se pode notar pelos títulos arrolados, a Coleção procura dar conta da especificidade e multiplicidade da área. Caracterizada pela multidisciplinaridade, as Relações Internacionais possuem raízes que datam desde a Antigüidade à reflexão moderna, passando pelas transformações e guerras do século XX e chegando até os desafios imediatos e conjunturais deste novo milênio. Além de receberem a influência da Ciência Política, da História, do Direito Internacional e da Economia, dentre outras, as Relações Internacionais desenvolveram um campo de análise próprio, sendo ainda afetadas pela mudança concreta dos acontecimentos.

Desta forma, os textos abrangem desde escritos políticos e filosóficos de Maquiavel, Hobbes, Tocqueville, Rousseau, Hegel, Saint Simon e Kant, até reflexões sobre economia como as de John Maynard Keynes em *As Consequências Econômicas da Paz* e estudos históricos e sobre estratégia com *A Grande Ilusão* de Norman Angell, *História da Guerra do Peloponeso* de Tucídides, *Da Guerra* de Carl Von Clausewitz. Na área do Direito e da Diplomacia, devem-se destacar *Do Direito Natural e das Gentes*, de Samuel Puffendorf, *O Direito das Gentes*, de Emerich Vattel, *De Indis*

* Doutora em Ciência Política pela Universidade de São Paulo – USP –, professora de Relações Internacionais do Centro Universitário Ibero-Americano – UNIBERO – e pesquisadora associada do Núcleo de Estudos em Relações Internacionais da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – NERINT/UFRGS.

et De Jure Bell,i de Francisco de Vitoria e *Conselhos Diplomáticos*, organizado e prefaciado por Luiz Felipe de Seixas Correa. Certamente, não se pode deixar de mencionar as obras específicas de Relações Internacionais como *A Política entre as Nações*, de Hans Morgenthau e *A Sociedade Anárquica*, de Hedley Bull.

Claramente, a Coleção Clássicos IPRI deve constar das bibliotecas de Relações Internacionais dos cursos brasileiros, além das bibliotecas individuais de profissionais e interessados na disciplina, pois oferece a professores e estudantes um embasamento fundamental para a realização de suas atividades. Mais ainda, trata-se de um material indispensável a todos os que desejam compreender esta área de estudo, partindo de suas estruturas fundamentais, englobando sua evolução e pensadores contemporâneos.

Considera-se, de fato, como um primeiro passo na construção do conhecimento que poderá levar a novas descobertas e caminhos de pesquisa. Neste sentido, além da Coleção Clássicos, há de se referir a outro esforço editorial recente também na área sob a responsabilidade do IBRI – Instituto Brasileiro de Relações Internacionais –, por meio de seu Presidente, José Flávio Sombra Saraiva, e da FUNAG – Fundação Alexandre Gusmão –, possibilitado por patrocínio da Petrobrás: a Coleção Relações Internacionais.

A Coleção soma-se aos Clássicos como parte essencial do estudo da área, agora a partir de uma perspectiva brasileira, sustentada na experiência da UnB. Seus títulos são inéditos[1], direcionados ao estudo acadêmico, ao cobrir temáticas históricas, econômicas, teóricas, referentes à integração regional, cultura e temas sociais. Dentre eles, mencionem-se os dois volumes de *Dois Séculos de História*, de José Flávio Sombra Saraiva, que cobrem o período de 1815 aos nossos dias, *Relações Internacionais da América Latina*, de Amado Luiz Cervo, havendo ainda *As Relações Internacionais da África*, de Wolfgang Döpke[2], *A Década das Conferências*, de José Augusto Lindgren Alves, *Economia Política e Globalização*, de Carlos Pio. Outros tópicos desenvolvidos são *Cultura e Poder* na reflexão de Estevão Chaves Martins – que também organiza *Relações Internacionais: Visões da América Latina e do Brasil* – e *As Correntes Teóricas e as Novas Abordagens*, de Antonio Jorge Ramalho da Rocha. E, como citado, dois livros direcionados à integração regional: *A Construção do MERCOSUL*, de Alcides Costa Vaz, e *A Construção da Europa*, de Antonio Carlos Lessa.

Diante destas publicações, percebe-se, como indicado, que existe a ampliação da oferta de material de bom nível no campo, facilitando o acesso ao debate. Além destas coleções, outros títulos também permanecem no catálogo da FUNAG e da UnB, como *Governança sem Governo*, de James Rosenau, *Todo Império Perecerá*, de Jean Baptiste Duroselle e a *Economia Política das Relações Internacionais*, de Robert Gilpin. Para completar, outras editoras universitárias também avançam na publicação de títulos especializados, destacando-se a Coleção Relações Internacionais e Integração da UFRGS – Universidade Federal do Rio Grande do Sul – na qual já se encontram disponíveis trabalhos de Paulo Roberto de Almeida, Paulo Fagundes Vizentini, Fred Halliday, Samuel Pinheiro Guimarães, Eugênio Vargas Garcia, Paulo Antonio Pereira Pinto e Cristina Soreanu Pecequilo. Dentre os temas abordados, encontram-se o estudo da política externa brasileira, norte-americana e futuro da Ásia, assim como debates sobre a teoria das Relações Internacionais. Recentemente, a UFRGS passou a editar em parceria com o NERINT/UFRGS – Núcleo de Estudos em Relações Internacionais – a Coleção Estudos Internacionais direcionada à publicação de dissertações de mestrado e pesquisas de seus membros e convidados. Ambas as coleções são coordenadas por Paulo Fagundes Vizentini, da UFRGS. Cabe acrescentar que todas estas coleções – IBRI/FUNAG, NERINT /UFRGS – seguem o mesmo padrão editorial da Clássicos.

---

[1] Nota do editor: os dois volumes iniciais da Coleção são uma edição revisada de SARAIVA, José Flávio, org. *Relações Internacionais Contemporâneas. Da construção do mundo liberal à globalização. De 1815 a nossos dias*. Brasília: Paralelo 15, 1997, 398p. ISBN: 85 86315 05 2

[2] Nota do editor: título ainda inédito

É preciso destacar que muitos dos títulos mencionados ao longo deste texto já se encontram individualmente resenhados em diversos canais, em especial no RELNET – Site Brasileiro de Referência em Relações Internacionais (www.relnet.com.br). Além de uma seção de resenhas permanente, RELNET edita o boletim *Via Mundi*, em parceria com a FUNAG, dedicado ao estado da arte das Relações Internacionais, por meio do qual estas resenhas e publicações inéditas são apresentadas. Outros boletins como *Meridiano 47*, com artigos de especialistas sobre os mais diversos temas de política internacional veiculados mensalmente, *clippings* diários, revistas como *Cena Internacional* – publicação digital em Relações Internacionais – e a *Revista Brasileira de Política Internacional* também estão disponíveis no site. Por fim, todos estes livros podem ser adquiridos com facilidade em livrarias ou *on-line* diretamente com suas editoras, mencionando-se os *sites* www.funag.gov.br, www.imesp.br, www.ufrgs.br/editora.
Assim, ainda que não seja possível descrever todos os avanços editoriais de modo pormenorizado, é importante indicar que os instrumentos para o aprimoramento estão disponíveis. Com isto, títulos editados com base no oportunismo e na ausência da profissionalização e especialização tendem a diminuir, uma vez que os próprios agentes da área estarão mais preparados para diferenciar qualidade de quantidade. Mais do que nunca, neste momento de simultânea extensão e afirmação das Relações Internacionais, é preciso saber por onde começar e nada mais adequado do que começar, realmente, pelo melhor.

O iREL-UnB

Os estudos na área de relações internacionais e política exterior do Brasil fazem parte de uma das mais fortes tradições da Universidade de Brasília – UnB. A vizinhança dos centros decisórios de poder nacional (Poder Executivo, Congresso Nacional, Tribunais Superiores) e a presença do corpo diplomático acreditado junto ao governo brasileiro, permitem uma projeção privilegiada para a reflexão especializada feita na UnB – tanto que o seu Departamento de Relações Internacionais é o mais antigo e mais importante centro especializado do Brasil e um dos mais tradicionais da América Latina. Fundada em 1974, a área de relações internacionais da UnB mantém um Bacharelado e um programa de pós-graduação em Relações Internacionais (especialização, mestrado e doutorado), que já formaram mais de mil profissionais, em sua maior parte atuando junto às agências do Governo Federal, no Ministério das Relações Exteriores, em organizações internacionais, empresas públicas e privadas e organizações não-governamentais brasileiras e estrangeiras.

Para conhecer as atividades e detalhes dos programas de capacitação e de pesquisa do Instituto de Relações Internacionais da Universidade de Brasília, visite a sua homepage em http://www.unb.br/irel

*Diplomacia em Alto-Mar: depoimento ao CPDOC**

Marcos Felipe Pinheiro Lima**

Seguindo a tradição da elaboração bibliográfica baseada na história oral do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil – CPDOC –, com seus mais de 400 depoimentos de personagens relevantes da história contemporânea nacional, aliado aos incondicionais apoios do CNPq e da FUNAG/MRE, Diplomacia em Alto-Mar, do Embaixador de carreira Vasco T. Leitão da Cunha, remonta a sua formação intelectual e às diversas situações políticas com as quais o carioca teria de lidar durante grande parte de sua vida profissional.

Ressalte-se também a atuação de Aspásia Camargo, Zairo Cheibub e Luciana Nóbrega, com os quais a entrevista foi feita. Inexoravelmente, a diplomacia sempre esteve presente na vida do Embaixador, fosse pelos fortes laços de amizade existente entre seu pai e avô com o Barão do Rio Branco, fosse por sua impecável carreira dentro do Itamaraty. Possuidor de grande habilidade no âmbito das negociações internacionais e de excelente postura em situações políticas delicadas, seria duas vezes Secretário-Geral da Chancelaria – durante o segundo governo Vargas e a rápida passagem de Jânio Quadros na Presidência – e Ministro das Relações Exteriores durante quase todo o governo de Castelo Branco, após o movimento de 1964.

Na obra, o Embaixador relata, com notável memória, a influência que o Barão teve na formação do seu intelecto, a passagem pelo Ministério da Justiça, no gabinete de Francisco Campos, aos 38 anos de idade, além da análise da participação brasileira na Segunda Guerra Mundial. Leitão da Cunha, a título ilustrativo, exalta a perspicácia de Vargas em entrar gradualmente no conflito deflagrado internacionalmente, bem como o papel de suma importância desempenhado pela Força Expedicionária Brasileira – FEB.

Tema que desde a infância do Embaixador levava interesse demasiado era o relativo às relações entre Brasil e Estados Unidos. Em seus depoimentos, exalta a importância estratégica que a "amizade especial", construída no início do século XX, tinha para os desígnios nacionais de afluência e desenvolvimento. Quando foi chamado para ser Secretário-Geral, pela segunda vez em 1961, a pedido de seu amigo o então Ministro das Relações Exteriores Afonso Arinos de Mello Franco, Leitão da Cunha revelou que, apesar de não ter sido um dos formuladores da Política Externa Independente, que afrontava os norte-americanos diretamente, apoiava-a, dada a sua importância para a expansão rumo à África.

Não se tratava de seguir docilmente o caminho pretendido pelos norte-americanos, mas sim de criar uma política internacional com a qual o Embaixador estava de comum acordo. Meses depois, após a perda de credibilidade do Presidente da República, pediria demissão do seu cargo, a contragosto do Ministro Afonso Arinos. Leitão da Cunha, poucos anos após a sua saída da Secretaria-Geral do Itamaraty, seria nomeado Ministro das Relações Exteriores do governo Castelo Branco, em 1964, redefinindo a política externa brasileira a uma maior aproximação vis-à-vis os Estados Unidos, iniciada após o "movimento restaurador", em suas próprias palavras.

Como Ministro, foi um dos responsáveis pela implementação das novas linhas da política externa, buscando resguardar a Casa do excesso dos expurgos. A importância de Leitão da Cunha para a consolidação do regime recém instaurado também foi fundamental. Segundo os próprios relatos, suas conversas com o Presidente da República sobre questões políticas e econômicas foram de grande importância para

---

* CUNHA, Vasco Leitão. *Diplomacia em Alto-Mar: depoimento ao CPDOC*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2003, 392p. ISBN 85 87 480 29 4.

** Mestrando do Instituto de Relações Internacionais da Universidade de Brasília – UnB.

o prosseguimento dos militares no poder nacional. Impossível se omitir em importante obra em que a índole do Embaixador seria um dos fatores responsáveis para que ele ocupasse postos de realce nos governos de Vargas, Quadros e Castelo Branco, como as embaixadas na União Soviética e Estados Unidos, em tempos de Guerra Fria.

Enfim, da eqüidistância pragmática de Vargas, a partir de 1937, à experiência dos denominados círculos concêntricos do regime militar instaurado em 1964, o depoimento do Embaixador Leitão da Cunha provê ao leitor um amplo painel da história diplomática brasileira, dada a riqueza de informações e análises, sendo algumas inéditas. Essa importante fonte escrita da história nacional, com seus valiosos depoimentos políticos, constitui, portanto, ponto certeiro para os pesquisadores da política externa brasileira e interessados em estudos relativos à história diplomática nacional, sendo impossível não recomendá-la ao público em geral. Que as lições do Embaixador não se percam no tempo e sejam bem recebidas pelas novas gerações de diplomatas ascendentes no Itamaraty.

O que é Via Mundi

O Boletim *Via Mundi* é uma publicação digital de periodicidade trimestral editada pelo Instituto de Relações Internacionais da Universidade de Brasília (iREL-UnB) e veiculada exclusivamente em *RelNet* – Site Brasileiro de Referência em Relações Internacionais, iniciativa conjunta do REL-UnB e da Fundação Alexandre de Gusmão, vinculada ao Ministério das Relações Exteriores do Brasil (FUNAG-MRE), com o objetivo de congregar a comunidade brasileira de relações internacionais em torno da oferta pública e gratuita de serviços de informação e de pesquisa (disponível em http://www.relnet.com.br).

*Joaquim Nabuco e Oliveira Lima – Face de um paradigma ideológico da americanização nas relações internacionais do Brasil**

Silvio Romero Martins Machado**

Tomando como ponto de partida a emergência hegemônica americana na virada do século XIX, o autor busca caracterizar a orientação da política externa brasileira, com vistas a delinear o surgimento do paradigma de americanização nas relações internacionais do país. Utiliza os escritos dos dois diplomatas – Nabuco e Lima – para mapear a orientação de tal política externa, como também o processo legitimador dessa opção no ambiente interno. A riqueza da obra também se dá pelo momento particularmente fértil que caracterizou a virada do século XIX.

A Europa, com o sistema capitalista liberal, conheceu sua primeira grande crise e a agonia por novos mercados seria uma presença marcante. A tensão internacional pela corrida imperialista já esboçava sua inflexão ascendente e passaria a ser reforçada pela atuação norte-americana, que afloraria sua hegemonia continental, ao agregar ao monroísmo o policialesco Corolário Roosevelt.

No que tange ao Brasil, esse também é um período bastante rico. A República estava recém-proclamada. Estabelecia-se no plano interno, como nomeia o autor, um debate entre o americanismo republicano e o europeísmo conservador. Aos olhos dos jovens republicanos brasileiros, o modelo democrático norte-americano, com os enunciados do monroísmo, seria uma garantia contra uma eventual reação colonial européia. As próprias ações intervencionistas americanas eram vistas como virtuosas em relação aos países incapazes ou indolentes da prática dos princípios manifestados para a não ingerência do hemisfério. Essas ações eram também sinalizações aos europeus de que os espaços americanos estavam efetivamente ocupados pela potência regional.

Ao Brasil, o monroísmo interessava por preservar o continente americano da influência européia, julgando os Estados Unidos terem vocação para afirmarem-se como potência regional. Além disso, explicitando-se o ideário de Rio Branco, Nabuco e Oliveira Lima, o Brasil passaria a ser o país latino a ter maior proximidade com os Estados Unidos , o que lhe proporcionaria, imediatamente, o ideário monroísta na América do Sul. Portanto, a exemplo da potência do norte, ele poderia orientar sua política de liderança regional. Contudo, Argentina e Chile também tinham suas estratégicas de atuação regional e logo se estabeleceria uma dinâmica de equilíbrio de poder.

No plano autoral, observa-se que Joaquim Nabuco e Oliveira Lima eram homens do seu tempo.Demonstravam intimidade com as benesses com que o mundo civilizado poderia proporcionar ao país, ao manifestar as deficiências civilizacionais da nação. Eram explícitos em afirmar que, sem essa adesão ao modelo "superior" anglo-saxão, o povo latino não teria a vocação para o desenvolvimento autônomo.

Joaquim Nabuco encantado e hipnotizado pela grandiosidade eletrificada dos Estados Unidos, pintaria o quadro da virtude. O caráter, a ingenuidade, a saúde física e mental, a disposição para o progresso e para a prosperidade material eram virtudes decantadas daquela sociedade, da qual parecia que nenhum mal poderia brotar, quanto mais em relação aos seus "amigos" continentais, com os

* SILVEIRA, Helder Gordim. *Joaquim Nabuco e Oliveira Lima – Face de um paradigma ideológico da americanização nas relações internacionais do Brasil*. Porto Alegre: Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2003, 312p. ISBN: 85 7430 364X

** Mestrando em História da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUCRS

quais os norte-americanos tinham tantas responsabilidades como nação-mãe.

Oliveira Lima, por sua vez, ao longo de sua obra, ia amadurecendo suas manifestações e recomendações. Por vezes, também escapavam algumas críticas aos excessos adesistas de Nabuco. Como protagonista da política de Rio Branco, não havia de sua parte qualquer crítica quanto à aproximação com os Estados Unidos, porém valeria ressaltar alguns aspectos nos quais:

> "Tratava-se de, por todos os modos, acentuar o caráter efetivamente pan-americano da Doutrina Monroe, tarefa política que só poderia caber a uma eficiente cooperação, no exterior mesmo do sistema pan-americano, entre as exceções nacionais latino-americanas, para contrabalançar a inevitável tendência dos Estados Unidos a instrumentalização da Doutrina em função exclusiva de sua política externa e de seus interesses estritamente nacionais. De resto, o interesse nacional brasileiro neste quadro, segundo o representava Oliveira Lima, residia exatamente na conquista e na preservação de uma posição singular de liderança naquele processo cooperativo, sobretudo frente à Argentina, no palco sul-americano, o que representa, não é demais sublinhar, um aspecto fundamental do aqui chamado paradigma ideológico emergente da americanização", p. 271-2.

Em termos de política externa brasileira, pode-se observar por parte de Rio Branco uma formulação pragmática e, ao mesmo tempo, estratégica. No campo comercial, o Barão tinha consciência da fragilidade da pauta exportadora monoprodutora e da conveniência de estreitar o relacionamento com o maior cliente do país. O fortalecimento desse relacionamento teria a função de manter o Brasil vivo na corrida comercial frente à Argentina.

Mas seria no campo das relações internacionais que Rio Branco revelaria sua estratégia. Se, na sua concepção a relação de amizade com os Estados Unidos, era uma relação *inter-pares,* ao Brasil ficava implícita a transmissão e a legitimidade dos postulados da Doutrina de Monroe e, da mesma forma, sua atuação regional como retransmissor da civilização moderna, democrática e republicana irradiada pelos Estados Unidos.

Percebe-se claramente o talento do autor dessa obra na escolha do período em foco. É justamente nesta época que se podem observar os marcos e a pedra fundamental do que seriam as relações internacionais brasileiras. Essa retrospectiva é particularmente feliz e oportuna no momento em que o Brasil destaca-se no cenário internacional, ao chamar para si uma relevante atuação regional e global.

Como publicar Resenhas e Artigos de Resenhas em *Via Mundi*

Os arquivos com resenhas simples para o Boletim Via Mundi devem conter em torno de 75 linhas e os com artigos de resenhas devem conter até 180 linhas (ou 6 páginas) digitadas em Word 2000 (ou compatível), espaço 1,5, tipo 12. A identificação do livro deve conter o nome completo do autor, título e subtítulo, cidade da edição, editora, ano e número de páginas. As contribuições devem conter a vinculação institucional e a titulação do resenhista. Os arquivos devem ser enviados para editoria@relnet.com.br, indicando na linha Assunto "Contribuição para *Via Mundi*".

*O Brasil em um mundo em transição**

Priscila Lima**

O livro é uma coletânea de artigos que trata de aspectos e episódios do cenário internacional contemporâneo considerados relevantes para o Brasil. Divide-se em quatro partes, quais sejam: Brasil e a ordem internacional; falácias e falências da ordem internacional; integração econômica e política internacional; e, por fim, América Latina e União Européia. A relação do Brasil com a ordem internacional, para Souto Maior, foi marcada pela transição – a partir do fim da II Guerra Mundial – com a criação da Organização das Nações Unidas (ONU) e de outros organismos internacionais voltados para as áreas econômica e financeira.

Com o encerramento da Guerra Fria, houve várias mudanças no foco de poder, com o país consolidando seus vínculos regionais, a fim de buscar maior amparo internacional. No mesmo período, o Fundo Monetário Internacional (FMI) ambicionou disciplinar a conduta financeira de países que não tinham condições de emitir moeda forte e de se auto-sustentar no contexto internacional. Com isso, os países em desenvolvimento (PEDs) ficariam expostos à vulnerabilidade externa e, ao mesmo tempo, à dependência dos recursos da instituição, como seria o caso do próprio Brasil.

No que consiste à ordem internacional, a ONU passa por duas crises: a financeira, que é resultado da inadimplência dos grandes Estados-membros, e a política, decorrente do "(...) desencanto dos pequenos, que se sentem discriminados e excluídos do processo decisório, e frustração dos grandes, que desejam uma ordem internacional que discipline os demais, porém sirva irrestritamente aos seus próprios interesses", p.79.

Deste modo, cabe ressaltar que, em uma eventual reformulação, o Brasil aspiraria ter assento permanente no Conselho de Segurança da ONU, mas haveria desafios a superar, tais como, por exemplo, as divergências de interesses dos cinco grandes, com poder de veto, ou a utilização, pela política externa norte-americana, do multilateralismo para interesses unilaterais.

Uma das falhas apontadas em relação às organizações internacionais é a necessidade de convergência do interesse das grandes potências para concretizar propostas multilaterais. Assim, teóricos como Hedley Bull afirmam que essas organizações são pseudo-instituições, em função da incerteza de sua existência, se não houvesse o apoio e legitimidade dos (grandes) Estados.

Em relação à América Latina, o Brasil deseja maior aproximação e, portanto, vínculos mais estreitos, com vistas à formação de uma identidade regional, que passaria pelo fortalecimento do MERCOSUL.
A partir dessa base, poderia alçar negociações de âmbito mais largo, como com a União Européia (UE) por exemplo, ao visar estabelecer uma ação mundial de cunho coletivo, para a obtenção, com mais eficiência, de seus interesses econômicos.

Deste modo, essa coletânea analisa com competência a atuação brasileira em um ambiente internacional extremamente modificado, em que há nova distribuição do poder econômico, com destaque para o Japão, e com o surgimento de novas oportunidades para o bloco do MERCOSUL e a presença de um maior unilateralismo por parte dos Estados Unidos, depois do atentado terrorista em seu território, no final de 2001. Tal postura seria duramente criticada, por autores de prestígio como Joseph Nye, em sua última obra[1].

---

* SOUTO MAIOR, Luiz A. P. *O Brasil em um mundo em transição*. Brasília: Universidade de Brasília; Instituto Brasileiro de Relações Internacionais, 2003, 194p. ISBN:85 230 0703 2

** Bacharelanda em Relações Internacionais do Instituto de Educação Superior de Brasília – IESB.

[1] NYE, Joseph. *O paradoxo do poder americano. Por que a única superpotência do mundo não pode prosseguir isolada*. São Paulo: Universidade Estadual de São Paulo, 2002, 296p. ISBN: 85 713 9417 2

*Poder e Déficit Democrático do MERCOSUL: Estado, centrais sindicais e sociedade civil**

Gustavo Henrique Cocentino Ramos**

É precisamente nesse tempo de divergências e tensões entre governos, empresários e sociedade civil – evidenciado por um árduo processo de negociação que culminará na formação da Área de Livre Comércio das Américas (ALCA) e no provável enfraquecimento de blocos já estabelecidos no continente – que se mostram oportunas obras sobre as questões de poder e déficit democrático no Mercado Comum do Sul – MERCOSUL. Estabelecido há mais de uma década pelo Tratado de Assunção, esse cada vez mais complexo esquema de integração sub-regional tem resistido às constantes conturbações políticas e crises econômicas que abalam as sociedades de seus países-membros.

A presente obra apresenta uma análise teórica substantiva com perspectivas peculiares acerca de "espaço público" no processo de integração do Cone Sul, ante a realidade empírica dos atores diretamente envolvidos. Numa abordagem sucinta, a categoria sociológica "espaço público" é compreendida como o ambiente plural e democrático, no qual a sociedade civil e o Estado se defrontam para, nesse caso, argumentar e encaminhar decisões relevantes ao bloco regional.

As pressões dos diversos setores ou entidades não governamentais têm claramente contribuído para a ampliação da percepção sobre a integração no Cone Sul, na qual o Estado deixa de se constituir como o único agente incumbido de seu encaminhamento. Como, no entanto, se verificaria a participação dos movimentos sociais nacionais e das redes sociais transnacionais nas negociações? As pressões da sociedade civil têm – obstante a retórica ideológica limitante ainda evidente em certos grupos e segmentos – decretado a obsolescência do MERCOSUL como um empreendimento estritamente governamental e, por conseguinte, influenciado sua transformação em um projeto verdadeiramente público e democrático?

Essas são as principais questões elegidas pelos autores Barbiero – doutor em sociologia pelo Centro de Pesquisa e Pós-Graduação sobre as Américas da Universidade de Brasília (CEPPAC/UnB) e atualmente Reitor da Universidade Federal de Tocantins (UFT) – e Chaloult – doutor em sociologia do desenvolvimento pela Universidade de Cornell (EUA) e professor do Departamento de Sociologia da UnB. Ambos discorrem sobre a participação dos movimentos sociais e da sociedade civil nas instâncias consultivas e decisórias do MERCOSUL, com ênfase na atuação das centrais sindicais brasileiras e argentinas que são, por sua vez, confrontadas com experiências de dirigentes de organizações não governamentais e centrais sindicais quebequenses, no Canadá.

Apesar de avanços significativos como a aprovação da Declaração Sociolaboral e da Comissão Sociolaboral do MERCOSL, os autores argumentam que ainda é perceptível um déficit democrático e social no processo de estabelecimento do bloco. Essa afirmação é sustentada em capítulo dedicado exclusivamente a uma análise conceitual sobre espaço público, conduzida à luz do pensamento de Jürgen Habermas e Hannah Arendt.

Sob a ótica arendtiana, demonstra-se que a pluralidade humana é condição básica da ação, isto é, uma atividade

---

* BARBIERO, Alan; CHALOULT, Yves. *Poder e déficit democrático do MERCOSUL: Estado, centrais sindicais e sociedade civil*. Porto Alegre: Pontifícia Universidade do Rio Grande do Sul, 2003. 244 p. ISBN 85 7430 345 3.

** Doutorando do Centro de Pesquisa e Pós-Graduação sobre as Américas da Universidade de Brasília – CEPPAC/UnB.

política sem a qual a esfera pública sucumbiria a um sistema totalitário. Concluem os autores, diante dos apontamentos da pensadora, que "(...) uma sociedade democrática só pode existir quando houver espaços públicos constituídos com função política", p.136. Ademais, em coerência com a teoria da ação comunicativa de Habermas, ambos sugerem que as associações ou agrupamentos voluntários da sociedade civil podem contribuir para a formação de opiniões. Conseqüentemente, essas instituições passariam a influenciar o delineamento de espaços públicos democráticos, ao confrontar interesses políticos e econômicos particulares. São por essas razões que, a nosso ver, se torna imprescindível a análise teórica sobre poder e déficit democrático no processo de integração regional.

O debate de aspectos políticos e sociais relevantes do MERCOSUL é amplo, porém, encaminhado frente à possibilidade de implementação de um novo bloco hemisférico. Precisamente, os autores dedicam significativa parte de seu estudo à discussão dos espaços públicos transnacionais na ALCA, ao destacar a atuação da Aliança Social Continental – ASC –, da Rede Brasileira sobre a Integração dos Povos – REBRIP – e de outros movimentos sociais e organizações que contestam não apenas o rumo das negociações entre países desenvolvidos e em desenvolvimento, mas também o viés mercadológico dos embates e controvérsias conduzidos no âmbito da Organização Mundial do Comércio – OMC.

Nesse contexto, destacam-se diversos protestos de abrangência internacional, realizados em encontros de cúpula do MERCOSUL, ALCA, Fundo Monetário Internacional, Banco Mundial, OMC, dentre outros, que ocorreram em cidades como Seattle, Praga, Gênova, Washington e Quebec. São importantes também as propostas alternativas do Fórum Social Mundial, que esteve sediado em Porto Alegre nos últimos anos. Iniciativas dessa ordem indicam, na prática, a constituição de espaços públicos transnacionais, idealizados por sindicatos, organizações não governamentais, associações, movimentos contestatórios e cidadãos não organizados. É possível, portanto, inferir o surgimento de "novos cidadãos", vinculados às grandes centrais sindicais nacionais, bem como atuantes em manifestações e protestos realizados em fóruns de visibilidade internacional.

Assim, é possível concluir que – não obstante os avanços de uma sociedade civil global emergente e apesar de o MERCOSUL se apresentar como alternativa de aglutinação de alguns países latino-americanos que almejam maior inserção na nova ordem econômica mundial – se faz importante ainda tornar o bloco do Cone Sul um verdadeiro espaço público, não mais restrito às esferas estatal e privada. Esse é um desafio fundamentalmente político que, em verdade, corrobora a reabilitação da visão proposta por Arendt. Assim, aumentar a representação da sociedade civil em fóruns decisórios – ao pôr de lado a participação meramente consultiva e secundária – implica contestar o atual desequilíbrio entre os poderes administrativo (ou estatais) e comunicativo (ou democrático e popular) do MERCOSUL, questão percebida pelos autores, que minuciosamente a examinaram no livro.

A World Without Walls – Freedom, Development, Free Trade and Global Governance[*]

Rogério Farias[**]

> "Like all human institutions, the WTO has human imperfections. Like all efforts to serve human freedom, the WTO is much in need of more and better efforts by all of us who try our very best to serve freedom by serving the cause of trade".[1]

Com o fracasso da Reunião Ministerial de Cancun, da Organização Mundial do Comércio (OMC), e com a conseqüente perda do "momentum" nas negociações comerciais sob o mandato delimitado pela Declaração de Doha, os interessados poderão contar com uma publicação de peso, tanto pela qualificação do autor bem como pela pertinência do trabalho, para a tentativa de compreensão da política subjacente ao sistema multilateral de comércio.

Não é a primeira vez que um participante chave das negociações internacionais comerciais publica uma relevante obra em um momento de atribulada crise do sistema. Em 1949, por exemplo, o negociador americano Clair Wilcox lançou um livro[2] que seria clássico, em que relataria as negociações que dariam origem à Carta de Havana, que, por sua vez, possibilitaria a constituição da Organização Internacional do Comércio. Os Estados Unidos não ratificariam a Carta, o que acabaria com as expectativas da criação do terceiro pé do sistema Bretton Woods.

Assim como o livro de Wilcox, o do ex-Diretor-Geral da OMC, Mike Moore, vem em um momento de particular preocupação para os observadores atentos da política internacional, porque, apesar de várias reuniões ministeriais da organização terem historicamente fracassado em alcançar os seus objetivos – como as de 1982, 88, 90 e 99 –, muito se tem especulado sobre o futuro da imberbe instituição, já que não foi possível completar nenhuma negociação comercial sob os seus auspícios[3].

Muitos já até se perguntam até onde a criação da OMC vai facilitar o funcionamento do sistema multilateral de comércio, porque foi o fato de seu antecessor – GATT – General Agreement on Trade and Services – não ter sido uma instituição formal tanto na sua base jurídica como procedimental que acabaria ensejando uma maior flexibilidade para, sob o comando de um núcleo pequeno de países, realizar amplos cortes tarifários e disciplinar o comércio internacional por quase cinqüenta anos.

O trabalho de Mike Moore, assim como o de Wilcox, rebate as críticas que são feitas ao sistema pela associação do multilateralismo, no qual a OMC seria a "jóia preciosa" do pós-Guerra Fria, com a liberdade e o desenvolvimento generalizado[4]. Para o incauto leitor, isso poderia levar a crer que a presente obra inserir-se-ia na literatura voluntarista e arrebatadora da chamada "globalização" dos anos 90. A assertiva estaria certa já que,

---

[*] MOORE, Mike. *A World Without Walls – Freedom, Development, Free Trade and Global Governance*. Cambridge: Cambridge University, 2003. 292p. ISBN: 0521827019.

[**] Bacharelando em Relações Internacionais da Universidade de Brasília – UnB e Editor-assistente de RelNet.

[1] BACCHUS, James. *The Making of and Old GATT Hand. Adress to the International Trade Law Conference na Georgetown University Law School*, 31 jan 2003. In: www.worldtradelaw.net/articles.htm. Bacchus é membro mais experiente do órgão de apelação da OMC – entrou em 1995 e termina o seu mandato esse ano.

[2] WILCOX, Clair. *A Charter for World Trade*. Nova York: Macmillan, 1949.

[3] Sob o GATT – criado não como instituição em 1947 – foram realizadas oito "rodadas" de negociações comerciais.

[4] Essa é uma tradição das negociações comerciais internacionais, iniciada na gestão de Cordel Hull (1934-44), à frente do Departamento de Estado dos EUA. Entre outras coisas, Hull afirmava: "I have never faltered, and I will never falter, in my belief that enduring peace and the welfare of nations are indissolubly connected with (...) the maximum practicable degree of freedom in international trade". MOORE, op.cit., p.7.

provavelmente, esse seja um dos últimos trabalhos, em que há uma irrestrita e inequívoca convicção na chamada "governança global" e na infalibilidade das concepções irradiadas pelo discurso dominante dessa época.

A primeira parte do livro dedica-se, portanto, a enquadrar a instituição a esse pensamento. Utilizando-se de Karl Popper e John Stuart Mill até Thomas Friedman, o autor vai definir conceitos, como globalização, por exemplo, além da base filosófica, na qual estaria inserida a OMC. Ao explicar a teoria das vantagens comparativas, o autor chega mesmo a colocar-lhe uma força sobrenatural, de forma que, quando apropriadamente "revelada", compeliria ao estudioso a sua imediata aceitação já que, de acordo com ele, seria a especialização definida por esse conceito que levaria ao desenvolvimento das estruturas políticas, religiosas e sociais, nas quais se apoiaria a própria humanidade[5].

Moore coloca em perspectiva uma dimensão não muito estudada nos círculos de relações internacionais: o conflito diário entre organismos internacionais e como isso afetaria, particularmente, o funcionamento da OMC. São vários os exemplos, que vão desde funcionários da UNCTAD – United Nations Conference on Trade and Development – que, na Reunião Ministerial de Doha, insistiram na não entrada da China na OMC, até assessores de Kofi Annan, que não colaboram para a existência de uma cooperação substantiva da ONU com a OMC[6].

Preocupa-se, no correr da obra, em explicar o fracasso da Rodada de Seattle, além de demonstrar como mesmo uma instituição recém-criada tem grandes problemas, no que se refere ao processo decisório e à administração de um pequeno secretariado – se comparado com outras organizações internacionais[7]. Um exemplo disso foi a própria eleição para a sua Direção-Geral, na qual mesmo ele tendo ganho nos três critérios previstos, entraria em choque com o perdedor da eleição: Supachai Panitchpakdi. O resultado foi, de acordo com Moore, um "sórdido acordo"[8], com a divisão do mandato de Diretor-Geral, inviabilizando tanto o lançamento da Rodada de Seattle bem como a progressão das negociações sob o mandato definido em Doha.

Um ponto importante, salientado em todo o decorrer do trabalho, é a emergência da sociedade civil organizada na década de 90 e como isso afeta os rumos dos organismos internacionais. Para Moore, as ONGs têm um papel fundamental no ordenamento das relações internacionais. O autor está muito próximo do controverso ex-representante da Austrália no GATT, Alan Oxley, ao não "conseguir compreender" como existem pessoas que acreditam que certas ONGs, com uma complexa agenda em prol dos países em desenvolvimento, são contra as negociações da OMC[9].

Dirimindo esses exageros, a convergência dos dois se mostra relevante para o analista de relações internacionais, sobretudo pelo fato de eles questionarem a tese que as ONGs, ao promoverem as suas agendas, proporcionariam, por conseqüência, os objetivos da humanidade como um todo – fosse em busca de melhores padrões trabalhistas, fosse à procura de maior proteção ao meio ambiente. O esquecimento do fato de que muitas dessas organizações terem interesses próprios e serem financiadas por agências de alguns governos encetaria grandes perigos, de acordo com o autor, tanto para a ordem internacional, bem como, especificamente, para os próprios países em desenvolvimento.

Se se fosse definir o trabalho de Moore, poder-se-ia afirmar que ele seria, em grande parte, as expectativas de suas próprias idiossincrasias, de modo que se encerra com sua própria auto-imagem: "I'm a Wilsonian internationalist, mugged by reality and hard labor in the cynical international bureaucracy ..."[10].

---

[5] Cf. The compelling logic of the theory of comparative advantage, in: Idem, p.52.

[6] MOORE, Mike. Multilateralism Meltdown. In: *Foreign Policy*. Washington, n.2, p.74-5, mar/abr 2003. Muitas dessas idéias já tinham sido desenvolvidas nesse artigo.

[7] A OMC, de acordo com o autor, tem 560 funcionários e um orçamento menor que o recurso destinado às viagens aéreas do Banco Mundial.

[8] MOORE, op.cit., p.95

[9] Um bom exemplo disso é a seguinte declaração: "The protests about the World Trade Organisation are as far from reality as the recent Gay Games were from the Olympics (...)The protests are so unreal they are frivolous. Protesters claim the WTO is the tool of multinational corporations. So why have 40 developing countries joined the WTO in the last decade and 30 more have applications in¿" In: Online Opinion 21 nov 2002.

[10] MOORE (2003), op. cit., p.75.

*Guerras do século XXI: novos temores e novas ameaças**

Thiago Gehre Galvão**

As modificações avassaladoras por que vem passando o mundo desde o fim da Guerra Fria são o pano de fundo para os estudos mais recentes no campo da política internacional. O livro do politólogo francês Ramonet segue uma linha crítica de pensamento – corrente em seus artigos publicados no *Le Monde Diplomatique,* do qual é editor – que procura montar um quebra-cabeça formado por peças complexas que se encaixariam para fornecer um quadro mais amplo do que são as Relações Internacionais atualmente.

Neste sentido, a sua linha central de pensamento é tal que o xadrez das relações internacionais deixou de ser protagonizado por grandes potências – eminentemente as superpotências EUA e URSS – para ceder espaço para novas peças de relevância comparada como as grandes empresas multinacionais, as ONGs e as associações de Estados, isto é, os blocos econômico-comerciais. O tabuleiro do jogo, ou seja, a **sociedade internacional** seria composta por três elementos: o capitalismo como ordem definidora, o neoliberalismo como ideologia e a globalização como veículo das transformações.

Logo, o objetivo da obra é o de apresentar ao leitor uma cena internacional remodelada, desenhada não apenas pelas políticas de poder – tradicionais às grandes potências – mas marcada por uma série de outros elementos que anteriormente escapavam mais atentamente aos olhares dos internacionalistas, como a questão da pobreza e desigualdades globais, dos problemas ecológicos – poluição, desflorestamento, escassez de água – e de epidemias como a Aids, além de outros mais difundidos como o terrorismo e a assimetria do processo de globalização.

Para tanto, o autor divide sua obra em sete partes que tratam das modificações que assinalam as relações internacionais desde o término da bipolaridade. No início, o autor introduz os elementos formadores da *nova face do mundo*, como a dinâmica da globalização da economia e a segunda revolução capitalista, que tendem a desagregar o mundo, ao levar à pilhagem planetária e ao caos generalizado e avançam sobre a desorganização dos contrapoderes, principalmente da esfera política que já não apresenta soluções inovadoras diante do pensamento único neoliberalizante.

Em seguida, ele apresenta o atentado de 11 de setembro de 2001 – episódio marcante da história da política externa estadunidense – encaixado nas modificações que já se vinham operando no mundo. Essa ação serviu para despertar a nova face do terrorismo mundial. Além disso, trata-se de uma parte crítica à atuação norte-americana nas relações internacionais, que continuaria até hoje em clara postura imperialista.

Mais adiante, debatem-se os caminhos tortuosos por que passa o Oriente Médio na sua luta obsediante pela estabilidade e paz. Nesse sentido, Ramonet alerta para a incapacidade dos EUA de agirem como força estabilizadora, como prega a própria teoria da estabilidade hegemônica. Posteriormente, ele trata especificamente da nova economia que se configura com firmas gigantescas e Estados anões, os quais lutam por espaço no cenário mundial. Além disso, exalta a necessidade de surgimento dos contrapoderes, como o Fórum Social Mundial, que teve duas edições na cidade de Porto Alegre. Aponta-se então para a necessidade da ação articulada de Estados para frear e diminuir os impactos perversos da globalização.

Ao dedicar-se à questão ecológica, Ramonet desvenda o *ecossistema em perigo – medos e ameaças novos.* Para ele, a

* RAMONET, Ignacio. *Guerras do século XXI: novos temores e novas ameaças.* Petrópolis, RJ: Vozes, 2003, 192p. ISBN:85 326 2834 6

** Mestre em História das Relações Internacionais pela Universidade de Brasília – UnB e professor do Instituto de Ensino Superior de Brasília – IESB.

exacerbação da poluição põe em risco o futuro da humanidade, uma vez que a natureza tende a se voltar contra o avanço desmedido do capitalismo globalizante, ao impetrar tragédias naturais sem precedentes na história da humanidade.

Por fim, apresenta o que seria necessário *para transformar o mundo*, principalmente em relação à construção de uma sociedade civil internacional, que já estaria em processo de gestação com a conexão cada vez maior entre as ONGs, sindicatos e outras representações do terceiro setor de diversos países como forma de se opor ao diretório mundial formado pelo Fundo Monetário Internacional, Banco Mundial, Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico e Organização Mundial do Comércio.

Ramonet aponta, em sua obra, o surgimento de novos medos e ameaças que passam a interferir diretamente na vida internacional no umbral do século XXI. Contudo, um novo mundo no qual a figura do império norte-americano ainda parece sobressair sobre os demais atores internacionais. Nesse sentido, ele propicia uma visão quase apocalíptica, mas não menos científica, do desenvolvimento da **sociedade internacional** contemporânea.

A sua crítica recai sobre a frenética política produtivista superconsumista que alimenta a ordem capitalista e fornece aos EUA um diferencial de poder que compõe o chamado *hard power*. De fato, Ramonet consegue produzir uma obra instigante que deixa como legado uma visão muito mais plural do que é a realidade internacional do século presente, tendendo à multifatorialidade digna da tradição francesa no campo das relações internacionais.

Nota aos Autores de Livros e Editoras

O Boletim *Via Mundi* é alimentado pelas contribuições autônomas de professores, pesquisadores, estudantes de graduação e pós-graduação e profissionais ligados à área, que produzem resenhas e artigos de resenhas sobre os últimos livros publicados no Brasil e no exterior sobre assuntos de interesse para a área. Além disso, o Boletim *Via Mundi* conta com a colaboração permanente de um corpo de professores e estudantes de mestrado e doutorado do Instituto de Relações Internacionais da Universidade de Brasília, que produzem resenhas sobre a produção bibliográfica recém-lançada no mercado editorial brasileiro. Se a sua editora deseja ver os lançamentos da área de relações internacionais e áreas conexas resenhados e divulgados em *Via Mundi*, envie pelo menos um exemplar para o seguinte endereço:

RelNet – Rede Brasileira de Relações Internacionais
Boletim ***Via Mundi***
Instituto de Relações Internacionais – Universidade de Brasília
Caixa Postal 04359
Brasília – DF – 70910-970
Brasil

*O Lucro ou as Pessoas? Neoliberalismo e ordem global**

Priscilla Brito Silva Vieira**

Chomsky é professor de lingüística do Instituto de Tecnologia de Massachusetts e assina um vasto número de obras, além do seu campo principal, em filosofia, história e política internacional, dedicando especial atenção à política externa dos Estados Unidos. Como analista político, ele aborda a estrutura mundial sob hegemonia americana, ao censurar seu intervencionismo, como em *Uma Nova Geração Define o Limite,* e ao apontar as conseqüências que essa estrutura gera, como foi o atentado que dá nome ao *11 de Setembro*.

Em *O lucro ou as Pessoas?*, Chomsky explora a estrutura econômica mundial, enfocando três pontos – o neoliberalismo, as democracias capitalistas e a manipulação da opinião pública pelas grandes corporações – para tecer sua crítica ao livre mercado. O liberalismo é analisado a partir de seus principais teóricos clássicos, como Smith, Ricardo e Malthus. O autor ressalta o fato de haver uma "(...) doutrina do mercado livre realmente existente" para a qual "a disciplina do livre mercado é boa para você, mas não para mim", p.39. Essa doutrina é utilizada pelos Estados Unidos para exigir a abertura dos mercados dos demais países sem que haja necessariamente a abertura do seu.

Paralelamente, a entrada maciça de empresas americanas nesses países tem transferido o núcleo de tomada de decisões das instituições governamentais para elas, que deliberam segundo suas expectativas de lucro. Nesse sentido, o autor aponta o esforço dos Estados Unidos para exportar os 'seus valores' de livre mercado, por meio de acordos de comércio institucionalizados na Organização Mundial de Comércio, ao almejar como resultados: um novo instrumento de intromissão nos assuntos internos de outras nações; a tomada de parte essencial das economias estrangeiras com suas empresas; a obtenção de vantagens para o setor empresarial e para os ricos; a transferência dos custos para a população em geral e o combate da ameaça democrática.

O modelo democrático defendido pelos Estados Unidos para os outros países é aquele em que uma minoria governa segundo seus interesses, ao menosprezar os direitos do restante da população. E, para impor essa forma de governo, é necessário observar que "(...) a manipulação consciente e inteligente dos hábitos e opiniões organizadas das massas é um importante componente da sociedade democrática'. Para executar essa tarefa essencial, "(...) as minorias informadas devem fazer uso contínuo e sistemático da propaganda" e podem "(...) manejar os cordões que controlam a opinião pública", p.60-1. Desta forma, consegue-se manipular a vontade das massas e construir o consentimento necessário à democracia, mesmo que se tenha o que Chomsky chama, ao citar Bernays, de "consentimento sem consentimento".

Como ativista social, Chomsky aponta o desrespeito dos direitos humanos pelos Estados Unidos em nome da "segurança nacional". O autor contrapõe, de um lado, os interesses das grandes empresas – o lucro – ao dos cidadãos ou do povo, de um modo geral. Por meio da leitura do seu livro, fica claro quem tem conseguido alcançar seus interesses ultimamente.

---

* CHOMSKY, Noam. *O Lucro ou as Pessoas?Neoliberalismo e ordem global*. 3ª ed. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2002, 192p. ISBN: 85 286 0935 9

** Bacharelanda em Relações Internacionais da Universidade de Brasília – UnB.

*A política externa dos Estados Unidos**

Virgílio Caixeta Arraes**

Cristina Pecequilo, politóloga doutorada pela Universidade de São Paulo, é colaboradora do *site* Relnet, onde mensalmente examina os meandros por onde se desenrolam a ação e o pensamento estadunidense contemporâneo, cujo impacto, naturalmente, conforma sobremaneira a política internacional. De sua análise, havia sido editada já há dois anos obra que abordava a política norte-americana a partir do fim da Guerra Fria[1].

A autora apresenta-se como uma das mais expressivas estudiosas dos Estados Unidos, que, ao longo de menos de duas centenas de anos, passaram de um agregado de colônias pouco representativas de origem britânica à maior potência mundial, chegando ao novo século com uma política unilateral e belicosa, que ameaça, de modo cabal, a hegemonia construída em torno do conceito político que mais permeia o imaginário, ao menos ocidental, há gerações: democracia.

Se, durante a Guerra Fria, o país conseguiu manter-se como cabeça de uma ampla coligação, em virtude da ameaça comunista então representada, principalmente, pela União Soviética, é patente atualmente a dificuldade de configurar outro inimigo que possa sensibilizar seus aliados a confirmar-lhe a liderança de bom grado.

Destarte, o país parece, apesar de seu poderio descomunal, desorientar-se ante a formação da nova ordem mundial, que deveria ter como ponto de referência a atuação do próprio país diferentemente de outros momentos da política internacional, em que os Estados Unidos intervieram para modificá-la, sem participar diretamente de seu primeiro molde, em face da força da Europa Ocidental até a emergência da Guerra Fria.

A dificuldade, talvez, resida em que os novos adversários ou inimigos não se ligam mais apenas a um país ou mesmo a uma doutrina, encarnada majoritariamente por um país – como na época da Guerra Fria em que a antiga União Soviética era o ponto basilar do comunismo. Assim, o debate sobre a política externa do país não se resumiria entre isolar-se ou participar ativamente da política mundial ou entre idealismo e realismo, mas sim sobre quais desígnios assentar-se-iam as ações da política internacional estadunidense.

Se a diminuição do poder americano, no pós Guerra Fria, é inevitável, principalmente por causa do crescimento da União Européia e China, os Estados Unidos, então, deveriam tornar cada vez mais sólidos seus laços com as potências regionais – o unimultipolarismo Huntington – ou não mais basear-se em hierarquias, mas sim em uma política de cooperação, cujas diretrizes seriam delimitadas por eles próprios, o que lhes garantiria a supremacia, na ausência de potências atuais que lhe pudessem desafiar o poder, conforme destaca Brzezinski, que observa a nação norte-americana como a primeira, única e última fonte de poder global. Tanto um como o outro, por exemplo, vêem o mundo com o poder mais espraiado, ainda que a maior parte dele fique com a nação americana, o que lhe traria a possibilidade de estabelecer uma efetiva política de construção e manutenção de parcerias.

De toda forma, Pecequilo destaca que, de modo geral, os principais interesses americanos seriam a garantia de inviolabilidade de seu próprio território, o impedimento do

---

* PECEQUILO, Cristina Soreanu. *A política externa dos Estados Unidos*. Porto Alegre: UFRGS, 2003, 423p. ISBN: 85 7025 667 1

** Doutorando em História das Relações Internacionais do Departamento de História da Universidade de Brasília – UnB – e professor colaborador do Instituto de Relações Internacionais da mesma universidade.

[1] PECEQUILO, Cristina Soreanu. *Os Estados Unidos: hegemonia e liderança na transição*. Petrópolis: Vozes, 2001, 135p. ISBN: 85 326 2606 8

surgimento de novas potências regionais na Eurásia, o enfrentamento aos ilícitos transnacionais e, por último, a disseminação da democracia liberal.

Quanto à América Latina, a pauta enfatizaria questões políticas – democracia, por exemplo – ou militares – combate ao narcotráfico –, ao passo que, para as elites locais, a prioridade deveria ser econômica – renegociação da dívida externa e atração de investimento externo direto, como forma de melhorar o bem-estar material da região. Dentro da região, a prioridade norte-americana seria o estímulo ao liberalismo, com a conseqüente constituição de uma área de livre comércio – ALCA – que ampliasse o NAFTA, considerado um modelo de êxito da política americana.

Por fim, o atentado de 11 de setembro de 2001 gerou rápida resposta militar do país contra o Afeganistão e solidariedade da comunidade mundial no embate contra o terrorismo, facultando aos Estados Unidos renovar sua presença no tocante à liderança global. Todavia, o capital político acumulado dissipar-se-ia posteriormente quando o país mais recentemente resolveu, ao lado da Grã-Bretanha, declarar guerra ao Iraque, sob o viés da luta antiterrorista, o que não sensibilizaria o mundo da mesma forma, provocando sentimentos restritivos, inclusive nas principais potências, à exceção do Japão.

Bem fornido do ponto de vista bibliográfico – além de conter quadros didáticos, que sintetizam os pontos abordados – a autora traça a política externa norte-americana desde os seus primórdios, no século XVIII, chegando à contemporaneidade, identificando as principais referências que conduziram a ação do país ao longo do tempo. Não é difícil afirmar que a obra torna-se já uma referência para os estudiosos da política internacional contemporânea, em face do tema e da forma como ele é tratado ao longo do trabalho sob comento.

Boletim de Análise do Estado da Arte em Relações Internacionais

Publicação digital trimestral do Departamento de Relações Internacionais da Universidade de Brasília – N^{os} 13/14 – Jul-Dez – 2003 – ISSN 1518-1227

Publicação digital de periodicidade trimestral do Departamento de Relações Internacionais da Universidade de Brasília, distribuída exclusivamente em *RelNet – Rede Brasileira de Relações Internacionais* (http://www.relnet.com.br).

Redação: editoria@relnet.com.br

*A Política do Poder**

Carlos Augusto Rollemberg de Resende**

Martin Wight é um dos fundadores da chamada Escola Inglesa de Relações Internacionais, sendo reconhecido pelo desenvolvimento do conceito e análise de diferentes sistemas de Estados. Foi Hedley Bull quem decidiu publicar os textos inéditos de Wight, por considerar o seu pensamento importante e, assim, ser necessária sua divulgação. A presente obra está baseada em um trabalho de 1946, o qual Wight reviu durante seus últimos anos de vida. A edição original continha quinze capítulos, mas foi ampliada e revisada para vinte e quatro. Neles, Wight discorre sobre importantes conceitos da área de Relações Internacionais como Potências, Anarquia Internacional e Equilíbrio de Poder.

Quanto a uma característica importante da Escola Inglesa, que é o diálogo entre as "três tradições", destacam-se os capítulos Anarquia Internacional, Sociedade Internacional e Revoluções Internacionais. Nesses, Wight disserta sobre os paradigmas Realista (Maquiavel), Racionalista (Grócio) e Revolucionista (Kant). Percebem-se, então, as diferenças entre Sistema Internacional – individualismo internacional –, Sociedade Internacional – regras compartilhadas – e Sociedade Mundial – valores compartilhados.

As partes referentes à Liga das Nações e Organização das Nações Unidas também são muito importantes. O autor apresenta argumentos próprios sobre o fracasso da Liga, além de levantar questões sobre a ausência dos Estados Unidos e o isolamento russo na instituição. É no capítulo sobre a ONU que se percebe o seu pessimismo, especialmente em afirmações como a de que a Carta das Nações Unidas seria uma reversão na tendência ao constitucionalismo internacional ou a de que o período das Nações Unidas seria uma continuidade do período da Liga das Nações.

Alguns autores, como Martin Nicholson, criticam o fato de que o pensamento britânico de Relações Internacionais tenha sido influenciado pelo pessimismo de Wight. Outros, como Fred Halliday, consideram que Wight e a Escola Inglesa têm uma concepção realmente particular de filosofia política e história diplomática, o que faria com que as colocações desses pensadores britânicos estivessem divorciadas da realidade. Há ainda críticas no sentido de que, ao editar postumamente trabalhos de Wight, Hedley Bull terminaria por exercer grande influência sobre a interpretação de suas obras.

Entretanto, inúmeros autores reconhecem a importância e a pertinência do pensamento de Wight e da Escola Inglesa no estudo de Relações Internacionais. Barry Buzan considera o conceito de sistema internacional um dos eixos centrais do pensamento do campo e indispensável para a constituição de uma disciplina independente, ao argumentar assim a importância dessa escola para o avanço da área. No Brasil, Gelson Fonseca Jr. e Celso Lafer consideram o pensamento de Wight fundamental para se tratar da questão da legitimidade no plano internacional.

---

* WIGHT, Martin. *A Política do Poder*. 2 ed. Brasília: Universidade de Brasília, Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais; São Paulo : Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2002, 329p. ISBN: 85 7060 140 9

** Bacharelando em Relações Internacionais da Universidade de Brasília – UnB